**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 84ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO – TRT 02ª REGIÃO.**

**PROCESSO N.º 1001781-63.2024.5.02.0084**

# SANT’ANNA II - SERVICOS GERAIS DE LIMPEZA E CONSERVACAO

**EIRELI - EPP**, empresa individual e responsabilidade limitada, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 20.031.934/0001-06, estabelecida Rua General Bagueira, 100, Santana - São Paulo/SP - CEP: 02021-010, por sua advogada, nos autos da Reclamação Trabalhista em epígrafe que lhe move **EDSON SANTOS CARDOSO DA SILVA**, apresentar sua **CONTESTAÇÃO**, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

Requer a parte Reclamada que as futuras notificações e intimações oriundas do feito sejam efetivadas, exclusivamente, em nome da advogada abaixo mencionada, sob pena de nulidade, a teor da Súmula 427 do Colendo TST, e anotando-se na capa dos autos para todos os fins e efeitos de direito, especialmente aqueles previstos no artigo 106, I do NCPC:

**Tatiana Guimarães Ferraz Andrade, inscrita na OAB/SP sob o nº 242.236,** com endereço profissional situado à Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040- telefones (11) 2936-0076**.**

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076|** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

# DA JUNTADA DA CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS EM SIGILO

Em cumprimento ao disposto no art. 29 da Resolução 136/2014 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, a parte Reclamada justifica que atribuiu sigilo à presente contestação e respectivos documentos em razão do disposto no art. 847 da Consolidação das Leis do Trabalho, segundo o qual a defesa do Reclamado será aduzida em audiência, caso reste frustrada a primeira tentativa obrigatória de acordo.

Ademais, procede a parte Reclamada desta forma, com esteio no art.

28, §4ª da Resolução 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe:

*“Nos casos em que o rito processual autorize a* ***apresentação de resposta em audiência****, faculta- se a sua juntada antecipada aos autos eletrônicos, juntamente com os documentos, hipótese em que* ***permanecerão ocultos para a parte contrária, a critério do advogado peticionante, até a audiência****”.*

# DA JUSTIÇA GRATUITA

A reclamada impugna, de forma veemente, o pedido de concessão do benefício da Justiça Gratuita formulado pela reclamante, com fundamento nos dispositivos legais estabelecidos pelo artigo 790, §§ 3º e 4º, da CLT. Para a concessão de tal benefício, é imprescindível a comprovação da insuficiência de recursos financeiros que impossibilite a autora de arcar com as custas processuais, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.

*§ 4o O benefício da justiça gratuita será concedido à parte que* ***comprovar insuficiência*** *de recursos*

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

*para o pagamento das custas do processo.” Grifos e realces nossos.*

A legislação é clara ao estabelecer que o benefício da Justiça Gratuita só deve ser concedido àqueles que efetivamente demonstrarem a impossibilidade de pagamento das despesas processuais, conforme delineado no artigo 790, § 3º, da CLT, exigindo-se, para tanto, uma demonstração objetiva da condição financeira que justifique tal benefício, conforme reitera o § 4º do mesmo artigo.

No presente caso, a reclamante não apresentou quaisquer evidências ou documentos que comprovem sua alegada incapacidade financeira, limitando-se a realizar uma afirmação genérica de necessidade, sem atender aos critérios legais para a concessão do benefício pretendido. Assim, ausente a devida comprovação de insuficiência de recursos, não se verifica o preenchimento dos requisitos legais indispensáveis para a concessão da Justiça Gratuita.

Diante do exposto, e considerando a falta de provas concretas que evidenciem a incapacidade financeira da autora, requer-se a este Egrégio Juízo a impugnação do pedido de Justiça Gratuita, em consonância com o rigor da legislação trabalhista vigente.

# ÔNUS DA PROVA

Requer, desde já, que seja imputado à parte Reclamante o ônus da prova do alegado na exordial, nos termos do art. 818, I, da CLT e art. 373, I, do CPC.

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

# DA LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO AO VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA

Inicialmente, cumpre destacar que todos os pedidos da parte Reclamante devem ser julgados improcedentes. No entanto, caso sejam deferidos, o que não se espera, o valor da condenação deve ser limitado ao valor indicado pela parte Reclamante, atribuído à causa, nos termos do art. 292 do CPC, aplicado subsidiariamente à espécie por força do artigo 769 da CLT, já que o valor apresentado corresponde ao preciso conteúdo econômico dos pleitos, limitando a expectativa financeira da postulação formulada, o que deverá ser observado pelo Juízo, em obediência à proibição de condenação do réu em quantidade superior ao que lhe foi demandado (artigo 492 do Código de Processo Civil).

Ademais, a limitação da condenação ao valor atribuído à causa está em consonância com a nova CLT, art. 840, § 1º, limitando a expectativa financeira da postulação formulada, privilegiando a conciliação, o pagamento de honorários de sucumbência, as aplicações de multa de litigância de má-fé, as custas processuais, as discussões em fase de execução, bem como balizará eventual condenação, em harmonia com os limites da lide, evitando-se o enriquecimento ilícito e as aventuras jurídicas.

Dessa forma, em eventual condenação, deverá se observar os valores atribuídos ao presente feito.

## DA EXCLUSÃO DA 2ª e 3ª RECLAMADA DA PRESENTE AÇÃO

Requer a 1ª Reclamada a exclusão do polo passivo da presente ação

## CONDOMINIO GRAND TOLLE (2ª Reclamada) e a EDIFICIO MAISON D'OR (3ª

**reclamada), pois estas empresas não possuem nenhuma responsabilidade pela relação mantida entre a reclamante e esta reclamada.**

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

Esse pedido se faz necessário, haja vista a capacidade econômica da 1ª Reclamada em responder a presente demanda e total ausência de responsabilidade da 2ª e 3ª Reclamada, em face do contrato celebrado de prestação de serviços havido entre as partes.

## DA EVENTUAL RESPONSABILIDADE DA 2ª e 3ª RECLAMADA

No caso de eventual responsabilização subsidiária da 2ª e 3ª Reclamada, o que não se espera, requer seja respeitado o efetivo e comprovado período de prestação de serviços da parte Reclamante para 2ª reclamada no período de 26/11/2022 à 17/09/2024 e para 3ª reclamada no período de 17/08/2019 à 24/11/2022, sendo deduzido ainda, os dias de faltas injustificadas e eventuais períodos de afastamentos médicos e previdenciários.

Requer ainda, que lhe seja concedido o benefício de ordem, ou seja, que a execução recaia primeiramente sobre os bens da real empregadora e de seus sócios, e, não sendo esses suficientes, apenas então haja a responsabilidade patrimonial da parte Reclamada, conforme Súmula 331, IV, do TST.

# BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Alega a parte Reclamante, em síntese, ter sido admitido em 17 de agosto de 2019, para exercer a função de porteiro, das 19h00 às 07h00 em escala 12x36, lotada nas dependências da 2ª e 3ª Reclamada, mediante remuneração de R$ 2.123,32, onde encontra-se ativo.

Diante do cenário apontado, pugna pela rescisão indireta, verbas rescisórias e horas extras, supressão de intervalos, nulidade da escala 12x36, acúmulo de função, descontos de contribuição assistencial e dano moral.

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

Todavia, como será demonstrado, não tem razão a parte Reclamante, sendo improcedente a reclamatória.

# DADOS FUNCIONAIS DA PARTE RECLAMANTE

Os dados funcionais corretos da parte Reclamante são os abaixo descritos, impugnando-se os dados divergentes descritos na inicial:

**Data de admissão:** 17/08/2019 - ATIVO

**Último salário:** R$ 1.871,41 (um mil, oitocentos e setenta e um reais e quarenta e um centavos)

**DO MÉRITO**

# DO PEDIDO DE RESCISÃO INDIRETA – INDEVIDO – INEXISTÊNCIA DE FALTA GRAVE DO EMPREGADOR – DISPENSA POR PEDIDO DE DEMISSÃO

O Reclamante alega rescisão indireta do contrato de trabalho com fundamento no **artigo 483 da CLT**, argumentando que a Reclamada descumpriu obrigações contratuais que tornaram inviável a continuidade da relação de trabalho.

## No entanto, a Reclamada nega veementemente a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no referido artigo.

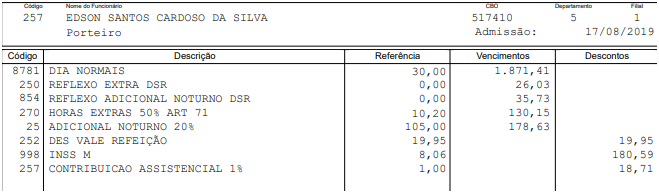
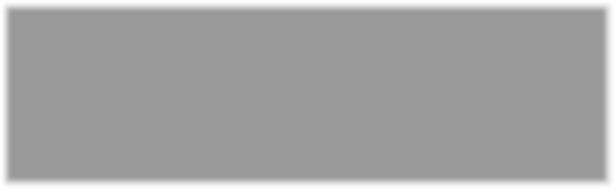
Primeiramente, é importante destacar que a rescisão indireta, prevista no artigo 483 da CLT, exige que o empregado comprove cabalmente que o empregador cometeu faltas graves que justifiquem a resolução do contrato

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

por justa causa do empregador. Tais hipóteses incluem, entre outras, a exigência de serviços superiores às forças do empregado, tratamento com rigor excessivo, descumprimento de obrigações contratuais pelo empregador e riscos manifestos de mal considerável.

No caso em tela, a Reclamada afirma categoricamente que sempre cumpriu todas as suas obrigações contratuais e legais para com o Reclamante, fornecendo todas as condições necessárias para o desempenho de suas funções. Quando houve a necessidade de o Reclamante realizar horas extraordinárias, estas foram integralmente computadas, registradas e devidamente remuneradas, em conformidade com a legislação trabalhista vigente. Os comprovantes de pagamento das horas extras e demais verbas correlatas serão apresentados nos autos, evidenciando o cumprimento irrepreensível de todas as obrigações por parte da Reclamada.



Pelo contrário, o Reclamante continuou exercendo suas funções normalmente até o ajuizamento da presente ação, sem nunca manifestar formalmente qualquer insatisfação ou notificar a Reclamada sobre supostos descumprimentos de suas obrigações contratuais. Essa conduta revela que, na prática, o vínculo se manteve em condições regulares e adequadas.

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

Os argumentos apresentados pelo Reclamante são genéricos e não foram devidamente comprovados, conforme estabelecem os **artigos 818 da CLT e 373 do CPC**, cujo ônus probatório cabia ao Reclamante. A mera alegação de descumprimento contratual não é suficiente para configurar a rescisão indireta, sendo imprescindível a apresentação de provas robustas e incontestáveis que demonstrem a ocorrência de faltas graves por parte da Reclamada.

Além disso, a Reclamada apresenta documentação comprobatória, como recibos de pagamento e registros de ponto, que atestam o cumprimento integral de todas as obrigações trabalhistas. A ausência de qualquer indício de violação grave reforça a total improcedência do pedido de rescisão indireta. Nesse mesmo sentido, entende outros TRT’s:

*RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS E RECOLHIMENTO DO FGTS. JUSTA CAUSA DO EMPREGADOR. NÃO CONFIGURAÇÃO. A justa causa que*

*autoriza a rescisão indireta é aquela que torna impossível ou intolerável a manutenção do vínculo empregatício, exigindo, para tanto, prova induvidosa da prática de falta verdadeiramente grave, tal e qual se exige para a dispensa do empregado.* ***O não pagamento de horas extras e o recolhimento irregular do FGTS não são circunstâncias suficientemente grave para ensejar a pretendida rescisão indireta, já que existe meio adequado para a reparação do dano decorrente*** *(o qual foi utilizado pela reclamante). Recurso ordinário da reclamada a que se dá provimento.(TRT-2 10015643320205020610 SP, Relator: BENEDITO VALENTINI, 12ª Turma -*

*Cadeira 4, Data de Publicação: 28/06/2021)*

*RESCISÃO INDIRETA. ATO FALTOSO DO EMPREGADOR. HORAS EXTRAS NÃO ADIMPLIDAS. NÃO CONFIGURAÇÃO. I. A rescisão indireta*

*é a resolução contratual decorrente de ato faltoso do empregador, ou*

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

*seja, é a forma de término da relação de emprego que se dá em razão de atitude ilícita do réu que torne inviável a continuidade do vínculo de emprego. II. Para justificar o rompimento do contrato de trabalho, é necessário que reste comprovado de forma robusta que o empregador incidiu na prática de ato efetivamente grave, no sentido de consubstanciar-se capaz de causar prejuízos para o empregado e tornar inviável a continuidade do vínculo empregatício, sendo certo, assim, que nem todo ato faltoso justifica a rescisão indireta do contrato de trabalho, com todas as suas consequências. III. No caso, não restou caracterizada a prática de ilicitude contratual passível de ensejar a rescisão indireta, por culpa patronal, nos moldes do artigo 483 da CLT, pelo que correta a sentença que declarou que o contrato foi extinto por iniciativa voluntária da autora. IV. Não demonstrou a demandante a não concessão pelo empregador de intervalo para amamentação de seu bebê recém-nascido. V.* ***Já o reconhecimento de horas extras não adimplidas, em regra, enseja apenas o pagamento dos valores correspondentes, não tendo o condão de, por si só, justificar a rescisão indireta, conforme entende o c. TST, salvo em situações extremas, o que não é o caso dos autos****. Recurso ordinário da autora a que se nega provimento. (TRT-9 - ROT: 00007497220205090670, Relator: ANA CAROLINA ZAINA, Data de*

*Publicação: 30/03/2022)*

O princípio basilar do Direito do Trabalho é a preservação do emprego, conhecido didaticamente como “continuidade das relações de emprego”. A rescisão indireta decorre da prática de ato faltoso por parte do empregador, conforme enumerado no **artigo 483 da CLT**.

***Art. 483 -*** *O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:*

1. *forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;*

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

1. *for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;*
2. *correr perigo manifesto de mal considerável;*
3. *não cumprir o empregador as obrigações do contrato;*
4. *praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;*
5. *o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;*
6. *o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.*

***§ 1º -*** *O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.*

***§ 2º -*** *No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.*

***§ 3º -*** *Nas hipóteses das letras d e g, poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo.*

Contudo, para que se configure a rescisão indireta, a falta cometida pelo empregador deve ser de natureza grave, a ponto de tornar inviável a continuidade da relação de emprego. Infrações leves não justificam a rescisão indireta, e a prova do ato faltoso deve ser cabal e robusta, não sendo admitidas meras suposições.

Portanto, a alegação de rescisão indireta não encontra respaldo nos fatos e na documentação apresentada. A relação de trabalho foi encerrada por iniciativa do Reclamante, através do comunicado voluntário, não havendo qualquer justificativa para a aplicação do artigo 483 da CLT.

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

Além disso, todas as parcelas pleiteadas na presente ação são indevidas e controversas, não havendo justificativa para a rescisão indireta do contrato de trabalho. Mesmo que, por hipótese, os itens subsequentes da contestação fossem julgados procedentes e a Reclamada condenada ao pagamento dos mesmos, isso não configuraria descumprimentos contratuais graves suficientes para ensejar a rescisão indireta.

Diante do exposto, requer-se que V. Exa. julgue improcedente o pedido de reconhecimento de rescisão indireta formulado pelo Reclamante, considerando como pedido de demissão, com todos os seus efeitos legais.

Diante do exposto, resta claro que o pedido de rescisão indireta é descabido e infundado, devendo ser julgado improcedente.

Além disso, o Reclamante não faz jus ao recebimento das parcelas rescisórias e demais verbas referidas na petição inicial. Assim sendo, é improcedente o pedido de decretação indireta do ajuste e das verbas daí decorrentes (saldo de salário, aviso prévio, 13º proporcional, férias vencidas

+1/3, férias proporcionais +1/3, FGTS sobre verbas rescisórias, multa de 40% sobre FGTS, liberação de guias de seguro-desemprego e saque de FGTS).

# JORNADA DE TRABALHO – HORAS EXTRAS INDEVIDAS –

**SUPRESSÃO DE INTERVALO**

O reclamante alega que “*foi contratado para laborar como vigilante, em escalas de 12x36 das 19:00 às 07:00hrs, com uma hora de refeição e descanso. No entanto, o Reclamante desde a admissão a cumpria jornada de trabalho das 18:30 às 07:30/08:30hrs, não usufruindo de uma hora de intervalo para refeição e descanso*”.

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

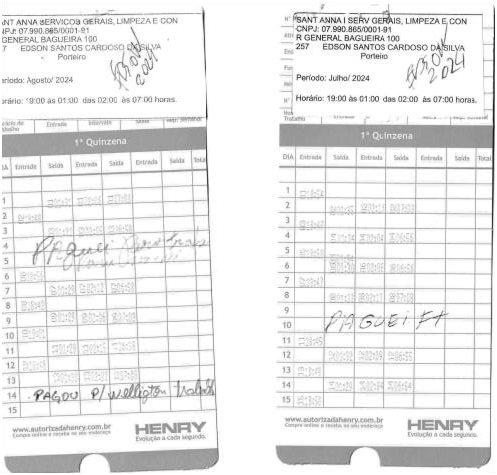
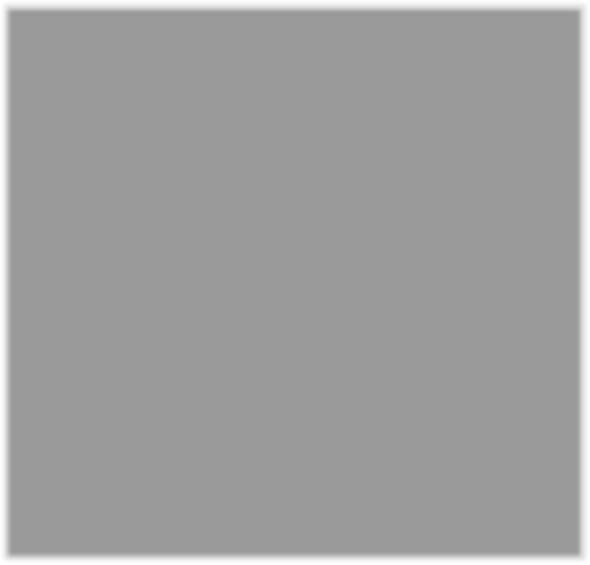
No entanto, a reclamada contesta tais alegações, apresentando controles de ponto que comprovam os horários efetivamente cumpridos e a concessão regular e integral dos intervalos, como determina a legislação trabalhista.

A Reclamada refuta, de forma veemente, as alegações do Reclamante quanto à suposta realização de horas extras não pagas e à ausência de concessão de intervalos intrajornada. Durante todo o vínculo empregatício, a jornada de trabalho do Reclamante foi rigorosamente registrada por meio de controles de ponto, que refletem fielmente as horas efetivamente trabalhadas. Tais registros serão apresentados para demonstrar a inexistência de qualquer irregularidade no cumprimento da jornada.

Ademais, a Reclamada sempre observou as disposições legais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em especial o artigo 71, que regula o intervalo intrajornada. Em todos os dias de trabalho, foi concedido ao Reclamante o intervalo mínimo de uma hora para refeição e descanso, conforme será corroborado pelos documentos anexados e por eventuais testemunhas, se necessário.

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)



## Ademais, a Reclamada esclarece que, na eventualidade de algum intervalo intrajornada não ter sido usufruído, tal período foi corretamente remunerado, conforme previsto no artigo 71, §4º, da CLT.

O controle de jornada do reclamante foi realizado de forma rigorosa e transparente, respeitando todos os preceitos legais e normativos. A empresa possui sistema de controle de ponto, onde o próprio reclamante registra fielmente as entradas e saídas, inclusive os intervalos para refeição e descanso. Esses registros demonstram que todas as horas trabalhadas além da jornada

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

normal foram corretamente computadas e remuneradas com os adicionais legais.

A Reclamada reitera que as horas extras eventualmente realizadas pelo reclamante foram devidamente registradas e remuneradas conforme o pactuado na CCT e as normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). É importante sublinhar que qualquer trabalho realizado além da jornada normal foi pago com o devido adicional de horas extras, observando-se, inclusive, a aplicação da hora reduzida noturna, quando aplicável, conforme determina o artigo 73, §1º, da CLT.

Caso o Reclamante alegue a existência de horas extras ou a ausência de concessão de intervalo intrajornada, cabe a ele o ônus da prova, conforme disposto no artigo 818 da CLT combinado com o artigo 373, inciso I, do CPC. Contudo, até o momento, o Reclamante não apresentou qualquer elemento concreto que suporte tais alegações.

Diante do exposto, requer-se a total improcedência dos pedidos de pagamento de horas extras e intervalos não concedidos, uma vez que a reclamada cumpriu integralmente com suas obrigações legais e contratuais, remunerando o reclamante por todas as horas trabalhadas, inclusive aquelas que ultrapassaram a jornada ordinária.

Requer-se, portanto, a improcedência dos pedidos formulados pelo reclamante, visto que todas as obrigações trabalhistas foram rigorosamente observadas pela reclamada, conforme comprovação documental que será juntada aos autos.

Por argumento, se deferidas as horas relativas ao intervalo, requer seja observada a atual redação do art. 71, §4º, da CLT, dada pela Lei 13.67/17, que fixa

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

a natureza indenizatória desta parcela, afastando, assim, quaisquer reflexos, e limita o pagamento ao tempo suprimido.

# REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS

Inexistente o principal, inexiste também o acessório, nos exatos termos do disposto no artigo 92, do Código Civil. Assim, na medida em que as horas extraordinárias não eram praticadas com habitualidade e, tendo em vista o regime de teletrabalho adotado entre as partes, não há falar nos cogitados reflexos.

Ademais, a Resolução nº 121/03 cancelou a Súmula 76 do C. TST, assim como as Súmulas 94 e 151, de modo que o valor das horas suplementares não mais integra o salário para todos os efeitos legais, inclusive aviso prévio indenizado e férias + 1/3, o que afastaria, in casu, a indigitada condenação ao pagamento de reflexos, ou seja, sem incorporação, não se pode falar em reflexos.

Ressalte-se que a construção jurisprudencial da incorporação das horas extras habituais no salário era o único fundamento que sustentava os reflexos, pelo que, é matéria superada no tempo e no espaço.

Improcedente, portanto, o pedido de horas extras, bem como seus reflexos em DSR´s, férias vencidas, férias proporcionais + 1/3, 13º salário proporcional, aviso prévio e FGTS + 40%.

*Ad cautelam*, na improvável hipótese de deferimento de horas extras, requer sejam apuradas após a 8ª diária e com divisor 220, nos exatos limites do pedido.

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

# DA VALIDADE DA ESCALA 12X36

A escala de trabalho 12x36 praticada pelo Reclamante é extremamente segura e regulamentada pela legislação trabalhista brasileira, estando em total conformidade com o artigo 59-A da CLT, incluído pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017). Essa modalidade permite, de forma clara e objetiva, que empregador e empregado ajustem jornadas diferenciadas, desde que respeitados os preceitos legais e eventuais normas coletivas aplicáveis.

O artigo 59-A da CLT estabelece que “*Em exceção ao disposto no art. 59 desta Consolidação, é facultado às partes, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação*”.

O TST também confirma a validade da jornada 12x36, desde que ajustada entre as partes e respeitadas as condições de trabalho dignas:

*JORNADA 12X36. VALIDADE.* ***A jornada supracitada está prevista em norma coletiva, em consonância com o disposto no art. 7º, XIII, da CF/88 e na Súmula 444 do C. TST, e não havia labor extraordinário habitual. Vale inclusive acrescentar que após a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, o artigo 59-A da CLT passou a autorizar a jornada 12x36 mediante mero acordo individual escrito****.(TRT-2 10003501220205020382 SP, Relator: MARIA ELIZABETH MOSTARDO*

*NUNES, 12ª Turma - Cadeira 5, Data de Publicação: 31/01/2022)*

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

## No presente caso, a escalada 12x36 segue todas as diretrizes legais, não havendo qualquer irregularidade ou violação que pudesse acarretar sua nulidade.

A escala 12x36 exige períodos regulares de descanso de 36 horas consecutivas, permitindo a recuperação plena do trabalhador entre as jornadas. Tal regime é reconhecido não apenas pela legislação, mas também pela ciência médica e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), como adequado à proteção da saúde do trabalhador, especialmente em atividades como o porteiro.

## Além disso, o Reclamante usufruiu integralmente dos intervalos para refeição e descanso dentro da jornada, não havendo extrapolação habitual da jornada contratada, exceto por eventuais horas extras devidamente registradas e quitadas.

O Reclamante alega a nulidade da escala sob a justificativa de horas extras habituais. No entanto, tal argumento não encontra respaldo na legislação ou nos cartões de ponto anexados aos autos. É importante destacar que, o regime de 12x36 considera compensadas as horas que ultrapassaram a oitava hora diária, desde que respeitado o limite semanal de 44 horas.

Eventuais horas extras esporádicas, se realizadas, foram integralmente quitadas com os adicionais previstos, sem descaracterizar o regime.

A jurisprudência é clara ao afirmar que a prática esporádica ou eventual de horas extras não torna nulo o regime de jornada ajustado:

*REGIME 12X36. REQUISITOS. VALIDADE.* ***Conforme prevalece nesta e. Turma, a realização de horas extras e dobras esporádicas não descaracterizam o regime de trabalho de 12 X 36, pois as horas***

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

***excedentes à jornada podem ser remuneradas como extras****. Deste modo, atendidos os requisitos formal e material do regime, remanesce válido materialmente ajuste. Sentença mantida.(TRT-9 - ROT: 00019393320175090005, Relator: ARNOR LIMA NETO, Data de*

*Julgamento: 12/09/2022, 6ª Turma, Data de Publicação: 15/09/2022)*

*RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMANTE. PRESTAÇÃO DE PLANTÕES*

*EXTRAS. ESCALA 12X36. VALIDADE. É válida, em caráter excepcional, a jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva, de modo que o empregado não tem direito ao recebimento de horas extras após a 8ª hora diária e 44ª hora semanal, conforme Súmula n. 444, TST.* ***Estando a jornada 12x36 regularmente autorizada por meio de normas coletivas, a realização de até 4 plantões extras por mês, por si só, não enseja a descaracterização da jornada 12x36****. Recurso do reclamante a que se nega provimento.(TRT-6 - ROT: 00012431920215060141, Relator: Eduardo Pugliesi, Primeira Turma - Desembargador Eduardo Pugliesi)*

*JORNADA 12x36. DESCARACTERIZAÇÃO. HORAS EXTRAS HABITUAIS.*

*Após o início de vigência da Lei 13.467/2017,* ***ainda que comprovado o labor extraordinário habitual, tal fato, por si só, não é suficiente para descaracterizar o acordo de compensação relativo ao regime de trabalho 12x36****, ante o disposto no art. 59-B, parágrafo único, da CLT, verbis: "A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas".(TRT-18 - ROT: 00103202720215180009, Relator: IARA TEIXEIRA RIOS, 1ª TURMA)*

Eventuais normas coletivas aplicáveis ao Reclamante também regulamentam o regime 12x36, reforçando a legalidade e validade da escala. Não há qualquer evidência de frente a cláusulas convencionais, sendo as condições contratuais cumpridas com os direitos garantidos pela norma coletiva.

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

Diante do exposto, fica evidenciado que a escala 12x36 praticada é cabível, válida e legal, estando em conformidade com o artigo 59-A da CLT, normas coletivas e estrangeiras consolidadas. Eventuais horas extras foram devidamente pagas, não havendo qualquer irregularidade que justifique a nulidade do regime de trabalho adotado. Assim, exige-se o reconhecimento da validade da escala e a improcedência dos pleitos do Reclamante relacionados à suposta nulidade do regime 12x36.

# DO ACÚMULO DE FUNÇÃO

A Reclamada, contesta de forma veemente a alegação do reclamante de que teria ocorrido acúmulo de funções durante o período contratual. Tal alegação carece de fundamento fático e jurídico, sendo inteiramente improcedente.

O Reclamante foi contratado para exercer a função de porteiro, conforme expressamente consignado em seu contrato de trabalho, e desempenhou exclusivamente as atividades relacionadas a essa função durante toda a vigência do vínculo empregatício. As alegações de que acumulava com as funções de limpeza de piscina ou vigilância, são absolutamente infundadas, carecem de suporte probatório e contradizem a realidade do contrato e da prestação de serviços.

## A Reclamada esclarece que as funções exercidas pelo Reclamante sempre foram compatíveis com a natureza do cargo para o qual foi contratado. A atuação como porteiro envolve, por sua própria essência, tarefas correlatas ao atendimento, controle de acesso, fiscalização de áreas comuns e suporte à organização do ambiente de trabalho. Tais atividades não podem ser confundidas com funções distintas, como

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

## vigilância ou serviços de limpeza de piscina, já que nunca foram atribuídas ao Reclamante.

Além disso, a atividade de porteiro é reconhecidamente multifacetada, abrangendo diversas tarefas relacionadas ao controle e fiscalização de áreas comuns. Não se pode fracionar atividades complementares à cargo principal para configurar um suposto acúmulo de funções, sob pena de desvirtuar a própria essência do contrato de trabalho.

A jurisprudência pacífica dos tribunais trabalhistas, amparada na interpretação dos artigos 456 e 468 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reconhece que as atividades desempenhadas pelo trabalhador devem ser consideradas no contexto do cargo para o qual foi contratado. **Nesse sentido, para que se configure o acúmulo de funções, é necessário que o empregado seja obrigado a exercer tarefas de complexidade e responsabilidade significativamente superiores ou diversas àquelas previstas para a função contratada, o que não ocorre no presente caso**.

O reclamante, ao longo de seu contrato de trabalho, jamais foi designado para realizar atividades que fugissem à sua função original de porteiro, tampouco foi exigido que desempenhasse tarefas que não estejam diretamente relacionadas com o escopo da função para a qual foi contratado. A simples execução de tarefas que, por sua natureza, são rotineiras e inerentes ao cargo de porteiro, como a manutenção da limpeza e vigilante sob a responsabilidade da Reclamada, não pode ser considerada acúmulo de funções.

*RECURSO ORDINÁRIO. ACÚMULO DE FUNÇÕES. COMPATIBILIDADE DE FUNÇÕES. ADICIONAL INDEVIDO.*

*O fato de o empregado exercer várias tarefas dentro do*

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

*horário de trabalho, desde que compatíveis com a função contratada, não gera direito a adicional salarial, salvo se a tarefa exigida tiver previsão legal de salário diferenciado. Não há no ordenamento jurídico previsão para a contraprestação de várias funções realizadas para um mesmo empregador.* ***Tal procedimento não resulta em alteração contratual lesiva ao empregado, vedada pelo art. 468 da CLT, mas, apenas, configura o exercício do jus variandi que é inerente à posição de empregador.*** *Portanto, nas hipóteses em que as diversas tarefas não se mostram incompatíveis, mas, sim, relacionadas ao contrato de trabalho, não há que se falar em pagamento de adicional por acúmulo de funções. (TRT-1 - ROT: 01001829120215010070, Relator: JORGE*

*ORLANDO SERENO RAMOS, Data de Julgamento: 31/05/2023, Quinta Turma, Data de Publicação: DEJT 2023-06-23)*

Além disso, é importante ressaltar que a alegação de acúmulo de funções, **para ser válida, deve estar amparada em provas robustas, o que não se verifica no presente caso**. O reclamante não apresentou qualquer prova documental que comprove o alegado acúmulo de funções, o que demonstra a fragilidade e a improcedência de suas alegações.

A ausência de provas claras e objetivas que demonstrem o exercício de atividades estranhas ao cargo de porteiro impede qualquer condenação ao pagamento de diferenças salariais ou de qualquer acréscimo remuneratório a título de "*plus salarial*". O princípio da primazia da realidade, tão caro ao Direito do Trabalho, não pode ser invocado de forma indiscriminada para justificar pretensões infundadas, especialmente quando a realidade dos fatos

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

demonstra que o reclamante exerceu exclusivamente as funções para as quais foi contratado.

Por fim, a Reclamada destaca que não houve qualquer alteração contratual prejudicial ao reclamante que justificasse a alegação de acúmulo de funções. A função de limpadora foi exercida dentro dos parâmetros normais e legais, não havendo qualquer desequilíbrio contratual ou violação dos direitos trabalhistas do reclamante.

Diante do exposto, requerem as Reclamadas que seja rejeitada a alegação de acúmulo de funções feita pelo reclamante, reconhecendo-se a regularidade das atividades desempenhadas, todas dentro do escopo do cargo para o qual foi contratado. Por consequência, requer-se a improcedência do pedido de pagamento de diferenças salariais ou qualquer acréscimo remuneratório a título de "plus salarial".

# DOS DESCONTOS DE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

O Reclamante requer a devolução de descontos a título de contribuição assistencial.

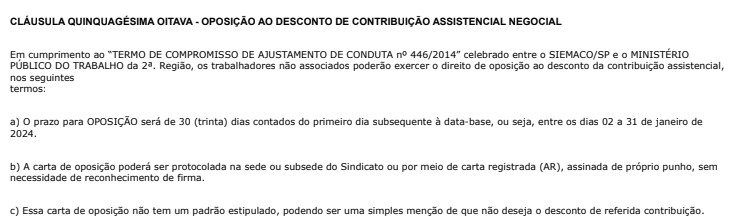
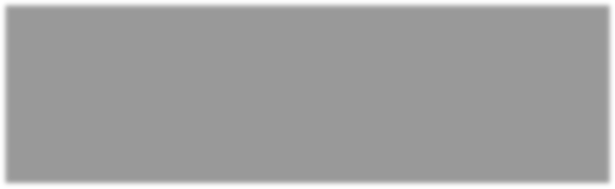
Contudo, razão alguma lhe assiste, eis que, desde setembro de 2023, o STF validou a cobrança de referida contribuição conforme a decisão proferida nos autos do ARE 1018559.

Portanto, o novo entendimento do STF é no sentido da possibilidade de instituir, por acordo ou convenção coletiva, a contribuição assistencial de todos os empregados.

Eis a tese fixada no julgamento:

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)



*“É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletiva, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição”*

Assim, competia à autora o exercício do direito de oposição, conforme Cláusula 58ª da CCT anexa:

Todavia, a reclamante não fez tal opção, não podendo demandar pela matéria apenas nesta instância, pois anuiu com os descontos à época do contrato de trabalho.

Diante disso, comprovada a licitude dos descontos.

# MULTAS PREVISTAS NOS ARTIGOS 467 E 477 DA CLT

Melhor sorte não socorre o reclamante.

Indevida a multa prevista pelo artigo 467 do diploma consolidado, porque inexistem verbas rescisórias incontroversas passíveis de pagamento em audiência.

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

A Reclamada cumpriu integralmente o prazo legal para o pagamento das verbas rescisórias, conforme comprovado pelos documentos anexados. O pagamento foi realizado dentro do prazo de 10 dias contados da data da demissão do Reclamante, não havendo qualquer atraso que justifique a aplicação da multa prevista no artigo 477, § 8º, da CLT.

Além disso, o Reclamante não apresentou provas de que o pagamento das verbas rescisórias foi realizado fora do prazo legal. Conforme disposto no artigo 818 da CLT e no artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil (CPC), cabe ao Reclamante o ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito, o que não foi feito no presente caso.

Nesse sentido, o entendimento jurisprudencial:

**DIREITO DO TRABALHO. MULTA PREVISTA NO ART. 477, § 8º, DA CLT. PAGAMENTO TEMPESTIVO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. DIFERENÇAS DEFERIDAS**

**JUDICIALMENTE.** É indevida a multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT quando o pagamento das verbas rescisórias ocorre dentro do prazo legal, ainda que sejam reconhecidas diferenças judicialmente a posteriori.

(TRT-1 - RO: 01001362820215010030 RJ, Relator: DALVA AMELIA DE OLIVEIRA MUNOZ CORREIA, Data de

Julgamento: 04/05/2022, Oitava Turma, Data de Publicação: 14/05/2022)

Diante do exposto, indevidos os pedidos.

# DO DANO MORAL

O pedido de indenização por danos morais formulado pelo Reclamante carece de fundamento jurídico e factual, uma vez que não há demonstração

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

de qualquer ato ilícito, dolo ou culpa da Reclamada que tenha causado abalo à dignidade ou violação aos direitos fundamentais do Autor. As condições de trabalho foram sempre ajustadas e observadas nos termos da legislação vigente, sendo as reclamações de dano moral meramente genéricas e sem comprovação.

O Reclamante não aponta fatos concretos que evidenciem a prática de qualquer conduta da Reclamada que possa comprometer sua dignidade ou causar sofrimento psíquico. A ausência de especificidade no pedido torna-o incapaz de fundamentar juridicamente a pretensão. Conforme o artigo 818 da CLT e o artigo 373, eu, do CPC, concorro ao Reclamante o ônus da prova, o qual não foi cumprido.

Além disso, atrasos pontuais no pagamento de verbas, se ocorridos, tratam-se de situações que, embora indesejáveis, são resolvidas no campo patrimonial, sem atingir a esfera moral do trabalhador. A alegação de “violação de direitos” precisa ser acompanhada de comprovação de que a conduta do empregador ocasionou ofensa grave à personalidade ou prejuízo social significativo. Nesse mesmo sentido, há entendimento de outros TRT’s:

*DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS VERBAS*

*RESCISÓRIAS****. Indevido o pagamento de danos morais pelo não adimplemento das verbas rescisórias, uma vez que já existe penalidade própria na legislação trabalhista para tal conduta (Art. 477, § 8º da CLT).*** *Recurso não provido, neste ponto. (Processo: ROT - 0000649-78.2019.5.06.0010, Redator: Ivan de Souza Valenca Alves, Data de julgamento: 09/02/2022, Primeira Turma, Data da assinatura: 11/02/2022) (TRT-6 - ROT: 00006497820195060010, Data de Julgamento:*

*09/02/2022, Primeira Turma, Data de Publicação: 11/02/2022)*

*DANOS MORAIS. VERBAS RESCISÓRIAS. ATRASO NO PAGAMENTO.* ***O***

***atraso ou a falta de pagamento de algumas verbas contratuais,***

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

***como as verbas rescisórias, não enseja, por si só, o arbitramento de dano moral****. Inexistindo prova de qualquer constrangimento sofrido pelo reclamante a merecer indenização a título de recompensa por suposto dano moral sofrido, mostra-se indevido o pleito. (TRT-2 10007245220205020374 SP, Relator: SONIA MARIA DE OLIVEIRA*

*PRINCE RODRIGUES FRANZINI, 12ª Turma - Cadeira 3, Data de Publicação: 16/11/2021)*

*DANO MORAL INDEVIDO. INADIMPLEMENTO DE VERBAS*

*TRABALHISTAS****. O mero inadimplemento de verbas trabalhistas, por si só, não enseja dano moral, fazendo-se necessária a comprovação de outros fatos que impliquem lesão extrapatrimonial.*** *In casu, o reclamante não demonstrou, objetivamente, que o inadimplemento de verbas, a exemplo de diferenças de horas extras, ensejaria o alegado abalo moral. Recurso do reclamante conhecido e desprovido neste tópico. (TRT-9 - ROT: 00003847820225090013, Relator: ODETE GRASSELLI, Data de*

*Julgamento: 05/06/2023, 6ª Turma, Data de Publicação: 07/06/2023)*

A Reclamada sempre cumpriu com suas obrigações contratuais e legais, observando os preceitos trabalhistas e mantendo um ambiente de trabalho saudável e em conformidade com os princípios da dignidade humana. Mesmo em eventual cenário de atraso salarial, inexistem circunstâncias especiais, como humilhação pública, exposição vexatória ou atos de má-fé, que podem incluir peças pleiteadas.

No que tange ao pedido de indenização por dano moral, cabe ressaltar que a caracterização do dano moral requer a comprovação de um ato ilícito praticado pela Reclamada, que tenha ocasionado uma lesão aos direitos da personalidade do reclamante, gerando-lhe sofrimento, humilhação ou constrangimento. Contudo, o reclamante não apresentou nenhuma prova concreta que sustente suas alegações de que teria sido submetido a

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

condições degradantes de trabalho. A ausência de provas documentais ou testemunhais torna infundada a pretensão de indenização por danos morais, conforme estabelecem o artigo 818 da CLT e o artigo 373, inciso I, do CPC.

A indenização por dano moral não pode ser banalizada e transformada em mecanismo de enriquecimento sem causa, sob pena de desvirtuar sua função social. O TST reforça que o dano moral destina-se exclusivamente a reparar lesões graves na esfera íntima do trabalhador:

*DANOS MORAIS - AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS VERBAS*

*RESCISÓRIAS - INDENIZAÇÃO INDEVIDA.* ***A ausência de pagamento das verbas rescisórias, por si só, não tem potencialidade ofensiva capaz de transgredir os direitos da personalidade do autor, pois, nesta hipótese, o dano moral não se configura in re ipsa, sendo necessária prova concreta de violação ao patrimônio imaterial do trabalhador, o que não ocorreu no caso sub judice****. Recurso ordinário do reclamante a que se nega provimento. (TRT-15 - ROT: 00114443820175150116 0011444-38.2017.5.15.0116, Relator: ANA PAULA*

*PELLEGRINA LOCKMANN, 5ª Câmara, Data de Publicação: 25/02/2021)*

Ao passo disso, a reparação decorrente do dano moral, encontra fundamento legal nas disposições contidas nos artigos 1º, III, e 5º, incisos III, V e X, da Constituição Federal, sendo considerado aquele proveniente da violação dos direitos individuais de cada cidadão relativamente à sua intimidade, privacidade, honra e imagem, de natureza íntima e pessoal, violação esta, que coloca em risco a própria dignidade da pessoa humana.

Diante do contexto social em que vive, merecendo muita cautela e senso de razoabilidade, para que não se extrema ao ponto de transformar o referido instituto em um verdadeiro “salvador da pátria” para cura de todos os males empregados, sendo certa a afirmação de que o prestígio concedido ao

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

dano moral, pelo legislador constituinte deve ser mantido em sede de razoabilidade.

Portanto, no entender desta Reclamada, não há nos autos qualquer prova robusta de que tenha ocorrido o dano moral alegado, visto que para se caracterizar o dano moral indenizável há que se atentar para todos os elementos necessários à caracterização dos pressupostos para a reparação civil aquiliana: a) ato comissivo ou omissivo; b) dano moral; c) nexo causal; d) culpa em sentido amplo (dolo) ou restrito (negligência, imprudência ou imperícia).

Salienta-se que o dever de indenizar decorre do ato ilícito previsto no art. 186 do Código Civil, o qual preconiza: “*Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito*”.

Neste mesmo sentido, informa o art. 927 do mesmo diploma legal: “*Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo*”.

Extrai-se dos dispositivos supracitados, que o dever de indenizar somente decorre de ato ilícito praticado por ação ou omissão. No caso em tela, consoante fundamentação, não há ato ilícito cometido pela Reclamada.

Certamente, a Reclamante não logrou êxito em demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, ônus que lhe incumbia nos termos do art. 818, inciso I da CLT e art. 373, inciso I do CPC.

Assim, entender pela perpetração de fraude e pelo dano moral implica em ofensa à coisa julgada (art. 5º, inciso XXXVI da CF), o que não merece prosperar.

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

Diante do exposto, conclusão outra não há, se não pela exclusão do dever de indenizar, eis que não provado o dano moral e ausente o ato ilícito, quebrando assim, o nexo de causalidade.

# CAUTELARMENTE – VALOR DA INDENIZAÇÃO

Na remota hipótese de haver eventual condenação, a reclamada impugna o valor pretendido, requerendo a fixação seja com base em ofensa de natureza leve, conforme item I, §1º do artigo 223-G, da Lei nº 13.429/2017 c/c artigo 944, caput, do Código Civil, bem como que seja determinada a observância da Súmula 439 do C. TST.

# HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS

É indevido o pedido de honorários sucumbências, pelo reclamante, já que os pedidos são improcedentes, como amplamente comprovados nesta contestação.

Além do mais, a CLT, no art. 791-A, prevê o pagamento de *“honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.”.*

Assim, em caso de procedência total ou parcial dos pedidos, o que não se espera, os honorários sucumbências devem ser limitados a até, no máximo, 15% e não em percentual superior.

De outro lado, sendo a reclamante sucumbente, ainda que parcialmente, no objeto da ação, deverá ser condenado ao pagamento de

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

honorários de sucumbência aos patronos da reclamada, à base de 15% sobre o valor dos pedidos indeferidos, não havendo se falar em suspensão da exigibilidade da cobrança.

# DA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

É indevida a expedição dos ofícios pretendidos pela reclamante, pois a reclamada não praticou nenhuma irregularidade, muito menos praticou qualquer crime previsto na legislação trabalhista.

Caso a reclamante entenda pela existência de alguma irregularidade, poderá ela própria acionar os órgãos competentes, submetendo-se, contudo, às consequências legais decorrentes de sua conduta imotivada.

Assim, resta impugnado o pedido.

# REQUERIMENTOS FINAIS

Caso seja julgado procedente algum dos pedidos formulados contra a parte reclamada, o que não se espera, a condenação deverá limitar-se ao período imprescrito e aos seguintes critérios:

* *Obediência à respectiva evolução salarial, bem como a exclusão das parcelas não integrativas do salário, cabendo considerar apenas as parcelas salariais fixas mensais, conforme o § 2.º, da cláusula*

*8.ª, da norma coletiva, em consideração ao Art. 7.º, XXVI da CF, sendo inaplicável, portanto, a Súmula 264, TST.;*

* *Exclusão dos salários relativos aos dias não trabalhados, tais como férias, faltas, licenças*

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

*médicas e demais ausências;*

* *Desconsideração dos feriados no cômputo do descanso semanal remunerado, eis que o dia destinado ao repouso semanal remunerado é o domingo e não os feriados, porque não ocorrem a cada semana;*
* *Observação da OJ 394, e ainda, da Súmula 340 e OJ 397, todas do C. TST;*
* *Declaração da obrigatoriedade de se observar na execução o art. 62, § 1.º e 2.º da Consolidação de Provimentos da CGJT do TST, publicada no DJU de 17 de agosto de 2012.*

# DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em eventual sucumbência, requer a aplicação da Súmula 381 do TST, bem como, do caput do artigo 39 da Lei nº 8.177/91, observando-se, como época própria, o mês subsequente ao trabalho, nos termos do artigo 459 da CLT, devendo ser utilizados os índices de correção monetária fixados pelo STF no julgamento das ADCs 58 e 59, sendo o IPCA-e na fase pré-processual e SELIC na fase processual.

# DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

As parcelas previdenciárias e fiscais (IR) deverão ser descontadas dos eventuais créditos da parte Reclamante, vide a Súmula 368 do TST, a OJ 363 SDI-1 e os Provimentos nºs 01/96 e 02/93. Restando expressamente impugnado eventual requerimento de que os valores citados sejam arcados na totalidade pela parte reclamada.

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

# DA DEDUÇÃO / COMPENSAÇÃO DOS VALORES PAGOS

No caso de eventual condenação, requer sejam compensados ou deduzidos, nos termos do art. 767 da CLT e Súmulas nº 18 e 48 do C. TST, todos os direitos reconhecidos e que tiveram o pagamento já efetuado, ainda que de forma parcial.

# DA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA COM A CONTESTAÇÃO

A subscritora da presente declara a autenticidade das peças juntadas com a defesa, na forma da atual redação do art. 830 da CLT. Oportunamente, a reclamada junta aos autos os documentos pertinentes ao contrato de trabalho obreiro.

# EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS

A reclamada juntada com sua defesa os documentos necessários para a prova de suas alegações, não havendo falar na imposição da juntada de nenhum outro, sob as penas dos artigos 396, 397 e 400 do CPC, pois o ônus da prova dos fatos constitutivos dos direitos postulados na reclamação é do reclamante.

# DA DOCUMENTAÇÃO JUNTADA PELA PARTE RECLAMANTE

Impugna-se, especificamente, os documentos juntados ao processo pelo reclamante que não tenham sido emitidos ou recebidos ou que não contenham a rubrica ou assinatura de preposto devidamente autorizado por esta parte.

A prova dos fatos constitutivos do direito da parte autora há de ser por ele efetivada, consoante estabelecem os arts. 818, I, da CLT e 373, I, do CPC, de

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

aplicação subsidiária à CLT. Deve, portanto, a petição inicial, desde logo, ser acompanhada dos documentos em que se fundar (artigos 787 da CLT c/c 320 e 434 do CPC), além de todos os documentos comprobatórios dos fatos constitutivos do direito alegado, situação não evidenciada nos autos.

Pugna-se que, no momento da majoração das provas este juízo considere os documentos anexos à presente defesa.

# DEMAIS PEDIDOS

Para que não se alegue eventual preclusão, a reclamada, pelos fundamentos já exaustivamente expostos e comprovados nesta contestação, impugna todos os pedidos elencados pela Reclamante na exordial.

# CONCLUSÃO

Em face do exposto e diante das provas documentais produzidas, que serão confirmadas na instrução, a reclamada requer sejam acolhidas as preliminares arguidas ou, se superadas estas, sejam julgados **IMPROCEDENTES** os pedidos da reclamação, com a condenação do reclamante em todas as cominações legais, inclusive em honorários sucumbências (art. 791-A, da CLT).

Requer, ainda, seja-lhe permitida a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente o depoimento pessoal da Reclamante, sob pena de confissão, perícias, juntada posterior de documentos, expedição de ofícios e oitiva de testemunhas.

Nestes termos, Pede deferimento.

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

São Paulo, 14 de novembro de 2024

## Tatiana Guimarães Ferraz Andrade

OAB/SP nº 242.236

## Samany Cutrim dos Santos

OAB/SP nº 439.522

Avenida Marquês de São Vicente, nº 2219, sala 406, Água Branca, São Paulo/SP, CEP: 05036-040

**(11) 2936-0076 -** [**www.falaw.com.br**](http://www.falaw.com.br/)

Documento assinado eletronicamente por TATIANA GUIMARAES FERRAZ ANDRADE, em 14/11/2024, às 13:49:44 - 5483c00 https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24111413424382100000376411044?instancia=1

Número do processo: 1001781-63.2024.5.02.0084

Número do documento: 24111413424382100000376411044